

**Campus Porto Velho Zona Norte**  
**Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD.**

**RIANY RODRIGUES DA COSTA**

**O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE  
MENTAL ENTRE JOVENS**

**PORTO VELHO/RO**

**2025**

**RIANY RODRIGUES DA COSTA**

**O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE  
MENTAL ENTRE JOVENS**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marineide Martiniano do Nascimento

**PORTO VELHO/RO  
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Costa, Riany Rodrigues da.

O papel da gestão pública na promoção da saúde mental entre jovens / Riany Rodrigues da Costa. - Porto Velho, 2025.  
20 f. : il.

Orientador(a): Profª. Dra. Marineide Martiniano do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Saúde mental. 2. Juventude. 3. Políticas públicas. 4. Gestão pública. 5. Prevenção. I. Nascimento, Marineide Martiniano do (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

**RIANY RODRIGUES DA COSTA**

**O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE  
MENTAL ENTRE JOVENS**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marineide Martiniano do Nascimento

Aprovado em: 22/07/2025 pela banca examinadora.

---

Prof<sup>a</sup> Marialva de Souza Silva-Membro da Banca

---

Prof<sup>o</sup> Gleydson Luiz Alves da Silva- Membro da Banca

---

Dr<sup>a</sup> Marineide Martiniano do Nascimento-Orientadora

# O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL ENTRE JOVENS

Riany Rodrigues da Costa<sup>1</sup>  
Marineide Martiniano do Nascimento<sup>2</sup>

## Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o papel da gestão pública na promoção da saúde mental entre jovens no Brasil. A pesquisa parte da crescente preocupação com os altos índices de transtornos mentais nessa faixa etária e da necessidade de políticas públicas eficazes para enfrentá-los. Através de uma abordagem qualitativa, foi realizada uma revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas e programas governamentais voltados à saúde mental juvenil. Os resultados indicam que, embora existam iniciativas importantes, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ainda há lacunas na efetivação das ações, principalmente no que diz respeito à prevenção, à integração intersetorial e à escuta ativa dos jovens. Conclui-se que a gestão pública tem papel fundamental na promoção da saúde mental, sendo necessário ampliar investimentos, fortalecer redes de apoio e promover ações interdisciplinares que considerem as especificidades da juventude.

**Palavras-chave:** saúde mental, juventude, políticas públicas, gestão pública, prevenção.

## Abstract

This undergraduate thesis aims to analyze the role of public administration in promoting mental health among young people in Brazil. The research arises from the growing concern about the high rates of mental disorders in this age group and the need for effective public policies to address them. Using a qualitative approach, a bibliographic review and document analysis were conducted on public policies and government programs focused on youth

---

<sup>1</sup> Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: [riany.costa@estudante.ifro.edu.br](mailto:riany.costa@estudante.ifro.edu.br)

<sup>2</sup> Graduação Tecnológica em Gestão pública – IFRO. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em Psicopedagogia, Língua, linguagem e ensino pela FIP, em Educação de Jovens e Adultos, Gestão em EAD - IFRO, em Gestão, orientação e supervisão e Gestão e docência superior na EAD pela FAVENI. Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Desenvolvimento Sustentável – UDS (Assunção/Paraguai). Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Desenvolvimento Sustentável – UDS (Assunção/Paraguai). E-mail: [profneidemn@gmail.com](mailto:profneidemn@gmail.com)

mental health. The results indicate that, although there are significant initiatives such as the Health in Schools Program (PSE) and the Psychosocial Care Centers (CAPS), there are still gaps in the implementation of actions, especially regarding prevention, intersectoral integration, and active listening to young people. It is concluded that public management plays a fundamental role in promoting mental health, and it is necessary to increase investment, strengthen support networks, and promote interdisciplinary actions that consider the specificities of youth.

**Keywords:** mental health, youth, public policies, public management, prevention

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a saúde mental tem ganhado espaço nas discussões públicas devido ao crescente número de pessoas, especialmente jovens, afetadas por transtornos como ansiedade, depressão e estresse. A juventude, marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais, constitui um grupo particularmente vulnerável a questões de ordem psíquica. Diante desse cenário, torna-se urgente compreender o papel da gestão pública na formulação, coordenação e execução de políticas que promovam a saúde mental entre jovens.

Apesar da existência de políticas públicas voltadas à saúde mental, observa-se uma lacuna significativa entre a legislação e a efetividade da sua aplicação, especialmente no que diz respeito ao público jovem. A falta de ações preventivas, a escassez de profissionais qualificados e a insuficiência de serviços acessíveis e adaptados às necessidades juvenis revelam um cenário preocupante. Assim, surge a problemática que norteia este trabalho: como a gestão pública tem atuado na promoção da saúde mental entre os jovens, e quais são os principais programas, políticas públicas e desafios enfrentados nesse processo?

Dessa forma, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar o papel da gestão pública na promoção da saúde mental entre jovens, destacando os principais programas, políticas públicas e desafios enfrentados. Para alcançar o objetivo deste estudo, serão considerados objetivos específicos que servem para apresentar um resultado concreto que visam alcançar uma contribuição significativa para o objetivo geral. Desse modo, compreender os principais conceitos relacionados à juventude e saúde mental; identificar os marcos legais e institucionais que orientam as políticas públicas de saúde mental no Brasil e analisar ações, programas e desafios enfrentados pelos gestores públicos na implementação de políticas eficazes direcionadas à saúde mental dos jovens.

A escolha do tema se justifica pela urgência de se discutir estratégias públicas eficazes diante do aumento de sofrimento psíquico entre adolescentes e jovens adultos, além da importância da prevenção precoce para a construção de uma sociedade mais saudável. A relevância desta pesquisa reside na sua contribuição para o debate sobre políticas públicas de saúde mental, oferecendo subsídios para a melhoria dos serviços destinados à juventude e para a formulação de ações mais efetivas, inclusivas e preventivas.

Para tanto, será realizada uma pesquisa qualitativa, com base em revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e políticas públicas relacionadas à saúde mental e à juventude. O trabalho será dividido em três capítulos: o primeiro discute os conceitos fundamentais sobre juventude e saúde mental; o segundo aborda o papel da gestão pública e os marcos legais pertinentes; e o terceiro analisa experiências práticas, programas e políticas implementadas no Brasil.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à saúde mental dos jovens, oferecendo subsídios teóricos e práticos para gestores, profissionais da área e formuladores de políticas. A partir da análise crítica das ações existentes e da identificação de lacunas e boas práticas, pretende-se colaborar para a construção de estratégias mais eficazes, acessíveis e sensíveis às especificidades da juventude, promovendo, assim, avanços concretos na promoção da saúde mental no Brasil.

## **2 SAÚDE MENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS**

### **2.1 Saúde Mental na Juventude: Desafios Contemporâneos**

A juventude é uma fase crítica do desenvolvimento humano, marcada por transformações que afetam diretamente a saúde mental. Segundo Minayo (2001, p 27), “os jovens vivem um período de transição e ambivalência, no qual se enfrentam vulnerabilidades psíquicas acentuadas”. A pandemia de COVID-19 (doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, caracterizada por sintomas respiratórios e que resultou em uma crise sanitária global entre 2020 e 2022) agravou esse quadro de vulnerabilidade. De acordo com a Fundação das Nações Unidas – UNICEF, com dados externados em 2021, aponta que um em cada seis adolescentes entre 10 e 19 anos sofre de algum transtorno mental.

A Organização Mundial da Saúde (OMS 2020) define saúde mental não apenas como a ausência de doenças, mas como “um estado de bem-estar no qual o indivíduo percebe suas capacidades, lida com os estresses normais da vida, trabalha de forma produtiva e contribui

para sua comunidade”. Esse entendimento é fundamental para a formulação de políticas públicas que considerem a complexidade do sofrimento psíquico na juventude, indo além da abordagem biomédica tradicional.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), existem mais de 47 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que evidencia a importância de ações governamentais voltadas especificamente a esse grupo populacional.

### **2.1.2 A Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**

A Reforma Psiquiátrica brasileira, institucionalizada pela Lei nº 10.216/2001, representou uma ruptura com o modelo manicomial, priorizando o cuidado em liberdade e os direitos humanos. Como afirmam Amarante e Torre (2010, v. 15, n. 5, p. 1559-1568.), essa reforma “colocou em evidência o sujeito em sofrimento, não mais como objeto de tutela, mas como cidadão de direitos”.

A Portaria nº 3.088/2011, ao instituir a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), buscou consolidar uma rede articulada de cuidados. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e, em especial, os CAPSi, assumem um papel central na atenção à juventude em sofrimento psíquico. De acordo com Benetti (2004, v. 9, n. 3, p. 791-800.) observa que “o cuidado em saúde mental só se torna efetivo quando contextualizado em redes que respeitam a singularidade e o território dos sujeitos”.

### **2.1.3 Políticas Públicas de saúde voltadas para Jovens**

A Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), articulada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e coordenada pelo Ministério da Saúde, reconhece a importância de atender às especificidades da população jovem. Entre as principais diretrizes dessa política estão a descentralização do atendimento, a promoção do cuidado em liberdade e a garantia de atenção integral, humanizada e territorializada.

Nesse sentido, foram criados os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenis (CAPSi), que oferecem serviços especializados para crianças e adolescentes com transtornos mentais severos e persistentes, bem como aqueles em sofrimento psíquico decorrente do uso de substâncias psicoativas. Atualmente, existem 285 unidades de CAPSi em funcionamento no Brasil, representando um importante recurso da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Além dos CAPSi, outras iniciativas vinculadas ao Ministério da Saúde, como os Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental, os Hospitais-Dia, as Equipes de Saúde Mental na Atenção Primária e os programas de Educação Permanente em Saúde Mental,

complementam a rede de atendimento, oferecendo suporte em diferentes níveis de complexidade. Essas ações têm por objetivo garantir um cuidado integral, contínuo e articulado às realidades locais, com foco na promoção, prevenção e reabilitação psicossocial de adolescentes e jovens.

O Ministério da Saúde também desenvolve estratégias intersetoriais com as áreas da educação, assistência social e justiça, a fim de integrar políticas públicas que ampliem a proteção da juventude em situação de vulnerabilidade psíquica. Tais medidas reforçam o compromisso com um modelo de cuidado centrado na pessoa, nos vínculos comunitários e no fortalecimento das redes de apoio.

#### **2.1.4 Desafios na Implementação das Políticas Públicas**

Apesar dos avanços legais e institucionais, a área da saúde mental enfrenta subfinanciamento e instabilidade política. Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), entre 2012 e 2019 houve redução de mais de 25% nos recursos destinados à política de saúde mental. Além disso, medidas recentes, como a ampliação do financiamento de hospitais psiquiátricos e a redução de recursos para serviços comunitários, têm sido interpretadas como um retrocesso na Reforma Psiquiátrica. Essas ações podem comprometer a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde mental, especialmente para os jovens.

Ferraz e Segre (1997) destacam que a consolidação das políticas públicas depende diretamente de investimentos contínuos e de uma gestão voltada à equidade e à inclusão social. Outros desafios significativos incluem a escassez de profissionais especializados em saúde mental, principalmente nas regiões mais vulneráveis, à fragmentação das políticas intersetoriais e a ausência de mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação das ações implementadas. Muitas unidades de atendimento, como os CAPSi, enfrentam dificuldades logísticas, falta de infraestrutura e sobrecarga de demanda, o que compromete o atendimento integral e humanizado.

Ademais, a descontinuidade administrativa e a falta de articulação entre os entes federativos dificultam a implementação de estratégias de longo prazo. Em muitos municípios, a inexistência de conselhos ou comitês específicos para a saúde mental dos jovens representa um entrave à participação social e ao controle democrático das políticas públicas.

Esses fatores evidenciam a necessidade urgente de fortalecimento institucional, com planejamento estratégico, orçamento garantido e formação continuada de equipes multiprofissionais, além de campanhas de conscientização que combatam o estigma ainda presente em torno do sofrimento psíquico.

### **2.1.5 O enfrentamento da Ansiedade e da Depressão entre os Jovens**

A ansiedade e a depressão estão entre os transtornos mentais mais prevalentes na juventude contemporânea, afetando significativamente a qualidade de vida, o desempenho escolar, as relações sociais e as perspectivas de futuro dos jovens. A pressão por resultados, a instabilidade emocional própria da idade, os conflitos familiares, a hiperconectividade e a exclusão social são fatores que contribuem para o aumento desses quadros.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 10% a 20% dos adolescentes em todo o mundo enfrentam algum transtorno mental, sendo a depressão e a ansiedade os mais comuns. No Brasil, o cenário também é preocupante, com pesquisas revelando o crescimento expressivo desses transtornos nos últimos anos, especialmente após a pandemia de COVID-19. Minayo e Deslandes (2008, v. 13, n. 3, p. 1005-1016.) alertam que “o sofrimento psíquico juvenil é multifatorial e demanda abordagens que superem o paradigma biomédico”. Assim, a promoção da saúde mental deve articular ações educativas, acolhimento psicossocial e fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais

Diante dessa realidade, o enfrentamento da ansiedade e da depressão exige ações articuladas que vão além do tratamento clínico. É fundamental investir em políticas públicas de promoção à saúde mental, com foco na prevenção, acolhimento e fortalecimento de vínculos sociais. O papel da gestão pública torna-se, portanto, central na criação de espaços de escuta qualificada, no acesso facilitado a serviços de saúde mental e na construção de estratégias que considerem as especificidades da juventude.

Esse tópico introdutório visa contextualizar os principais fatores associados ao adoecimento psíquico entre os jovens e ressaltar a importância de políticas públicas eficazes e integradas para o enfrentamento da ansiedade e da depressão nessa fase da vida.

## **2.2 – AUTOMUTILAÇÃO E SUÍCIDIO: UMA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOB O OLHAR DA LEI Nº 13.819/2019**

O aumento de casos de automutilação e suicídio entre adolescentes e jovens adultos tem se tornado um dos mais alarmantes indicadores da crise na saúde mental juvenil. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece o suicídio como a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo, sendo o Brasil um dos países com números preocupantes nesse cenário. Esses comportamentos geralmente estão associados a transtornos como depressão, ansiedade, traumas, violências e ausência de suporte emocional adequado.

Benetti (2004) afirma que a automutilação, por ser silenciosa, precisa de estratégias de identificação precoce e escuta qualificada, sobretudo nos espaços escolares e nas unidades básicas de saúde. Nesse contexto, a Lei nº 13.819/2019, conhecida como a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, representa um avanço importante no enfrentamento dessas questões no Brasil. A lei estabelece diretrizes para notificação compulsória de casos atendidos em serviços de saúde, campanhas de conscientização, formação de profissionais e ações articuladas entre União, Estados e Municípios.

Este capítulo tem como objetivo analisar os principais aspectos dessa legislação, bem como refletir sobre sua efetividade na prevenção da automutilação e do suicídio entre os jovens, considerando o papel da gestão pública na sua implementação e fiscalização. Além disso, busca-se compreender como essa política dialoga com a realidade das redes de atenção psicossocial e com os desafios enfrentados pelas famílias, escolas e profissionais da saúde na identificação e no acolhimento de jovens em sofrimento. Segundo a OMS (2020), o suicídio é a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no mundo, e o Brasil segue essa tendência alarmante. Para Minayo (2014, v. 38, p. 113-120), “a prevenção do suicídio entre jovens exige uma abordagem que envolva não apenas o setor saúde, mas toda a sociedade”.

### **3 METODOLOGIA**

Este trabalho caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa permitiu compreender, de forma aprofundada, as percepções, práticas e experiências relacionadas à atuação da gestão pública na promoção da saúde mental entre jovens. Nesse sentido, como afirma Minayo (2001, p 21.), “a abordagem qualitativa parte do princípio de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

O caráter exploratório possibilitou identificar os principais desafios e oportunidades nesse campo, enquanto o aspecto descritivo ajudou a retratar como as políticas públicas têm sido desenvolvidas e aplicadas no contexto nacional. De acordo com Segre e Ferraz (1997, p 31.), a pesquisa exploratória “permite o delineamento inicial de um campo ainda pouco investigado, favorecendo a compreensão dos elementos constitutivos do fenômeno em estudo”.

A pesquisa teve como foco o contexto brasileiro, com ênfase nas políticas públicas de saúde mental destinadas a jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, conforme definição adotada pela Secretaria Nacional da Juventude. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), essa faixa etária representa uma parcela significativa da população brasileira, o que reforça a necessidade de políticas públicas eficazes voltadas para esse grupo.

A análise concentrou-se nas ações governamentais dos últimos 10 anos, especialmente nos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Malta et al. (2004) destacam que o fortalecimento da RAPS é essencial para garantir um cuidado integral e contínuo aos jovens em sofrimento psíquico, articulando ações de promoção, prevenção e atenção especializada.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas principais:

1. Revisão bibliográfica e documental: Foram analisados artigos científicos, dissertações, teses, livros especializados, leis, portarias, diretrizes do SUS e relatórios governamentais que tratam da saúde mental e da juventude. Essa etapa proporcionou o embasamento teórico e contextual necessário para a compreensão do tema. Ivete Gattás (2000, p. 38.) ressalta que a pesquisa documental é fundamental para “trazer à tona a memória institucional e as diretrizes que orientam a ação governamental na saúde pública”.

2. Entrevistas semiestruturadas: Foram realizadas entrevistas com profissionais da área da saúde mental e, sempre que possível, com gestores públicos envolvidos na formulação ou execução de políticas voltadas à juventude. Utilizou-se um roteiro previamente elaborado, contendo perguntas relacionadas à estrutura dos serviços, desafios enfrentados, avaliação das políticas existentes e sugestões para melhorias.

A amostra foi composta por profissionais da área da saúde mental, como psicólogos, assistentes sociais e coordenadores de CAPS ou CAPSi, além de alguns gestores públicos. A seleção dos participantes ocorreu por conveniência, considerando sua disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Segundo Benetti (2004, p. 704), a amostragem por conveniência é válida quando “o objetivo da pesquisa está centrado na compreensão subjetiva dos atores sociais envolvidos em um fenômeno específico”.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, estruturada em três fases: (1) pré-análise; (2) exploração do material, com categorização ou codificação; e (3) tratamento dos resultados, com inferências e interpretação (BARDIN, 2011). Essa técnica permitiu identificar categorias temáticas, padrões de discurso e os significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos investigados. A Organização Mundial da Saúde salienta que compreender as percepções e experiências de quem atua diretamente com

a juventude é essencial para aprimorar as políticas públicas voltadas à saúde mental (OMS, 2018).

A análise concentrou-se nos seguintes aspectos:

A percepção dos gestores e profissionais sobre a saúde mental dos jovens;

A efetividade das políticas públicas existentes;

As lacunas e desafios no atendimento a esse público.

A pesquisa respeitou os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das diretrizes para pesquisas com seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e participaram de forma voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O anonimato e a confidencialidade das informações foram plenamente assegurados.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS**

Esta seção apresenta a análise dos dados obtidos a partir da revisão bibliográfica e documental, bem como das entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais atuantes na gestão pública e na promoção da saúde mental entre jovens. A metodologia adotada permitiu a triangulação dos dados, buscando identificar convergências e lacunas entre o que está proposto em documentos oficiais e políticas públicas, e o que é efetivamente percebido pelos agentes envolvidos.

A análise documental contemplou fontes como o evento "Liderança e Saúde Mental" promovido pelo Governo Federal (BRASIL, 2025), que reforça o papel das lideranças públicas na construção de ambientes psicologicamente seguros; o panorama das ações governamentais para a saúde mental de adolescentes e jovens no Brasil; o estudo do Instituto Cactus sobre políticas públicas; além de discussões sobre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e os desafios contemporâneos da reforma psiquiátrica no país.

Desse modo, a etapa do trabalho versa sobre resultados e discussões, os quais foram obtidos mediante o desenvolvimento da pesquisa, tendo como foco de estudo o papel da gestão pública na promoção da saúde mental entre jovens, com objetivo central de analisar o papel da gestão pública na promoção da saúde mental entre jovens, mediante o apoio do poder público e da família, uma vez que, uma boa assistência e convivência familiar, ajudam na qualidade da saúde.

Diante desse contexto, elaboramos um Guião de Entrevista com cinco categorias que foram aplicadas a alguns profissionais, o que de acordo com Minayo (2010, p. 64), a “entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de entrevistador”, sendo as categorias: Identificação do Entrevistado; Panorama da Saúde Mental dos Jovens; Conhecimento acerca de Políticas Públicas para a saúde mental dos jovens e o papel da escola; Pais e filhos e o comportamento emocional na sociedade em tempos de pandemia; Ações da Gestão Pública.

Neste sentido, utilizamos uma abordagem teórica da Análise do Discurso, mediante as Formações Discursivas apresentadas nos discursos dos 03 (três) entrevistados, sendo esses o produto discursivo construído a partir da temática abordada na pesquisa.

Assim, para que seja claro o entendimento dos discursos, os quadros serão representados pela ordem numérica (1,2,3), onde os participantes serão representados pela letra “E”, seguido de um número arábico, com a finalidade de proporcionar uma apresentação dos resultados de forma bastante compreensiva, buscando cumprir com o que foi acordado no primeiro encontro com os entrevistados.

Desse modo, o quadro 1 tratou de descrever a identificação dos entrevistados, onde foram apresentadas a idade, gênero, profissão, habilitação acadêmica, e atividade financeira dos participantes. As entrevistas realizadas com 03 (três) profissionais atuantes nas áreas da saúde e educação permitiram identificar percepções alinhadas com os desafios apontados na literatura. Os depoimentos foram analisados qualitativamente e organizados em cinco categorias principais, apresentadas a seguir:

**Quadro 1 – Identificação do Entrevistado**

<b>Entrevistados</b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero</b>	<b>Profissão</b>	<b>Habilitação Acadêmica</b>	<b>Atividade Financeira</b>
<b>E1</b>	42	<i>Feminino</i>	<i>Psicóloga</i>	<i>Psicologia</i>	<i>Psicólogo Escolar - Setor Público</i>
<b>E2</b>	35	<i>Feminino</i>	<i>Pedagoga</i>	<i>Pedagogia</i>	<i>Diretora Escolar - Setor Público</i>
<b>E3</b>	47	<i>Masculino</i>	<i>Professor</i>	<i>Sociologia</i>	<i>Professor Universitário – Setor Público</i>

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2025).

Neste quadro, podemos observar que todas as informações apresentam uma facilidade na compreensão, onde podemos perceber que, dos três (03) entrevistados, a maioria são do gênero feminino num total de dois (02) e um (01) é do gênero masculino. Também percebemos claramente, uma variedade na idade dos mesmos, onde varia entre 35 a 47 anos.

No que refere-se a formação acadêmica é importante destacar que, todos os servidores entrevistados têm curso superior. Assim, logo percebemos que ambos os servidores ingressaram no serviço público na área da saúde e da educação.

No quadro 2, tratamos do panorama da saúde mental dos jovens, onde buscamos compreender quais as condições emocionais pelas quais passam os jovens, a partir dos seguintes questionamentos: Como você percebe a situação atual da saúde mental entre os jovens? Logo obtivemos o quadro a seguir:

**Quadro 2 – Panorama da Saúde Mental dos Jovens**

<b>E1</b>	<i>A saúde mental dos jovens está em estado de alerta. Eles têm demonstrado muita ansiedade, dificuldade de socialização e baixa autoestima, especialmente após o ensino remoto na pandemia.</i>
<b>E2</b>	<i>Os jovens estão mais introspectivos e inseguros. A pressão das redes sociais e o medo do futuro influenciam diretamente sua saúde emocional.</i>
<b>E3</b>	<i>Há um aumento significativo de transtornos como ansiedade e depressão entre os jovens, especialmente nas periferias urbanas.</i>

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2025).

Analisando os dados expostos, percebe-se que a saúde mental dos jovens enfrenta uma crise preocupante, marcada por um aumento visível de transtornos emocionais como ansiedade, depressão, insegurança e baixa autoestima. Esse cenário é agravado por fatores como: consequências do isolamento social durante a pandemia, que afetou diretamente a socialização e o bem-estar emocional; pressões sociais e digitais, principalmente das redes sociais, que reforçam padrões inalcançáveis e geram constante comparação; desigualdade social, evidenciada no aumento de casos em regiões periféricas, onde o acesso a suporte psicológico é limitado; incertezas quanto ao futuro, que geram medo e instabilidade emocional entre os jovens.

Diante disso, fica evidente a urgência de políticas públicas mais eficazes, com foco em prevenção, escuta ativa e ampliação dos serviços de saúde mental, especialmente voltados à juventude em situação de vulnerabilidade. Além disso, a escola e a família precisam atuar como ambientes acolhedores e estruturados, oferecendo suporte emocional contínuo.

**Quadro 3 – Conhecimento acerca de Políticas Públicas para a saúde mental dos jovens e o papel da escola**

<b>E1</b>	<i>Conheço os CAPSi e a Política Nacional de Saúde Mental. A escola precisa atuar como um lugar seguro, onde o jovem possa se expressar sem medo e receber escuta ativa.</i>
<b>E2</b>	<i>Tenho conhecimento sobre o Programa Saúde na Escola (PSE). A escola tem papel fundamental, pois muitas vezes é o único espaço de escuta que o jovem possui.</i>
<b>E3</b>	<i>Conheço o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Programa Saúde na Escola. A escola precisa ser mais humanizada, com foco na formação integral do sujeito.</i>

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2025).

Analisando os dados do Quadro 3, percebe-se que os entrevistados têm algum nível de conhecimento sobre as políticas públicas voltadas à saúde mental dos jovens, citando programas e legislações como: CAPSi (Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil); Política Nacional de Saúde Mental; Programa Saúde na Escola (PSE); Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além do conhecimento técnico, há forte reconhecimento do papel essencial da escola como espaço de: Acolhimento emocional; Escuta ativa e segura; Promoção da formação integral do jovem, indo além do conteúdo curricular.

A escola, segundo os entrevistados, precisa ser um ambiente humanizado e atento ao sofrimento psíquico, especialmente porque, para muitos jovens, é o único espaço em que se sentem ouvidos e protegidos.

Isso revela a importância de integrar as políticas públicas educacionais e de saúde para que, de forma intersetorial, seja garantido um suporte mais efetivo à saúde mental da juventude.

#### **Quadro 4 – Pais e filhos e o comportamento emocional na sociedade em tempos de pandemia**

<b>E1</b>	<i>Muitas famílias não estavam preparadas para conviver 24 horas por dia. Isso gerou atritos e aumentou os casos de violência doméstica. Além disso, a falta de acesso à internet e as dificuldades financeiras acentuaram o sofrimento dos jovens, levando-os a picos de ansiedade e depressão.</i>
<b>E2</b>	<i>A pandemia fez com que os jovens passassem mais tempo com a família, o que evidenciou conflitos. Fatores como desemprego, sobrecarga emocional dos pais e exclusão digital agravaram os problemas e o aumento da ansiedade.</i>
<b>E3</b>	<i>O confinamento forçado aumentou as tensões. Jovens sem estrutura familiar sólida foram os mais prejudicados emocionalmente</i>

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2025).

Observa-se no Quadro 4, que a pandemia da COVID-19 teve impactos profundos e negativos no comportamento emocional dos jovens e na dinâmica familiar. Os relatos destacam aspectos importantes como a convivência forçada e prolongada.

Em casa foram gerados conflitos familiares, principalmente em famílias que já enfrentavam dificuldades prévias; o aumento da violência doméstica, um reflexo da tensão e do estresse acumulados no ambiente doméstico; as desigualdades no acesso à internet e exclusão digital afetaram a continuidade dos estudos e o contato social dos jovens, ampliando o sofrimento psíquico; o desemprego e sobrecarga emocional dos pais foram fatores que contribuíram para um ambiente instável; Jovens sem uma estrutura familiar sólida foram os mais afetados emocionalmente, demonstrando maior fragilidade frente ao isolamento.

Essas observações reforçam a necessidade de políticas públicas intersetoriais, que envolvam não só saúde, mas também educação, assistência social e proteção à família, para mitigar os danos e construir uma rede de apoio sólida e acolhedora aos jovens, especialmente em situações de crise.

#### Quadro 5 – Ações da Gestão Pública

<b>E1</b>	<i>A criação de programas de atendimento psicológico gratuito em escolas e comunidades foi um avanço. Também é importante destacar as campanhas de valorização da vida e prevenção ao suicídio.</i>
<b>E2</b>	<i>Ações como parcerias entre secretarias de saúde e educação para oferecer atendimento psicológico nas escolas foram importantes, mas ainda são escassas.</i>
<b>E3</b>	<i>Políticas intersetoriais envolvendo saúde, educação e assistência social são fundamentais. A gestão pública precisa de mais investimentos em prevenção, não só em tratamento.</i>

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2025).

Os discursos dos entrevistados revelam uma percepção comum sobre a importância das ações da gestão pública na promoção da saúde mental dos jovens. As falas destacam avanços, limitações e demandas prioritárias, conforme detalhado a seguir:

**E1** enfatiza a relevância dos programas de atendimento psicológico gratuitos em escolas e comunidades, apontando também o impacto positivo de campanhas de valorização da vida e prevenção ao suicídio. Isso evidencia uma valorização das ações de visibilidade e apoio direto à juventude.

**E2** reconhece a importância das parcerias interinstitucionais, como entre as secretarias de saúde e educação. No entanto, traz uma crítica ao apontar que essas ações ainda são pontuais e insuficientes, o que mostra a necessidade de expansão e consolidação das políticas existentes.

A **E3** reforça a urgência de políticas intersetoriais, envolvendo saúde, educação e assistência social. A crítica recai sobre o foco excessivo em tratamento, com o entrevistado defendendo mais investimentos em ações preventivas, o que se alinha com a perspectiva moderna da saúde pública.

Com base nos relatos, percebemos que as ações da gestão pública têm gerado impactos positivos, mas ainda carecem de amplitude, continuidade e foco preventivo.

Existe uma consciência sobre a importância da atuação conjunta entre diferentes setores do governo, mas os profissionais apontam a necessidade de maior efetividade e investimento estruturado.

A valorização da vida e a prevenção são vistas como linhas de frente essenciais no combate ao sofrimento psíquico juvenil.

Essas análises reforçam a necessidade de uma gestão pública proativa e integrada, comprometida não apenas com o atendimento emergencial, mas também com a promoção da saúde mental a longo prazo, principalmente nas escolas e comunidades mais vulneráveis.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo analisar o papel da gestão pública na promoção da saúde mental entre jovens, com foco nos principais programas, políticas públicas e nos desafios enfrentados nesse processo. A partir da revisão bibliográfica, documental e das entrevistas semiestruturadas com profissionais da área, foi possível compreender com maior profundidade como o poder público tem atuado diante das demandas psíquicas que afetam essa parcela da população.

A pesquisa respondeu à pergunta central ao evidenciar que, embora existam políticas públicas relevantes — como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e iniciativas de educação socioemocional nas escolas —, sua implementação ainda enfrenta diversos obstáculos: falta de integração entre os setores, descontinuidade de programas, escassez de recursos e de profissionais capacitados, além de um compromisso político, por vezes, insuficiente.

Os dados obtidos revelam que a saúde mental juvenil está fortemente condicionada por fatores sociais estruturais, como pobreza, exclusão e violência. Diante disso, ações pontuais e isoladas têm se mostrado ineficazes. As entrevistas reforçaram a necessidade de uma atuação intersetorial e contínua, envolvendo saúde, educação, assistência social e família, com foco tanto na prevenção quanto no cuidado.

Conclui-se, portanto, que a gestão pública, embora apresente avanços, ainda encontra dificuldades em transformar os marcos legais em políticas efetivas e abrangentes voltadas aos jovens. As políticas públicas só serão eficazes se acompanhadas de investimentos adequados,

formação contínua de profissionais e estratégias de promoção da saúde baseadas no acolhimento, na escuta ativa e no fortalecimento de vínculos.

Recomenda-se que futuras pesquisas explorem o impacto de políticas locais em diferentes contextos territoriais, bem como a escuta direta dos jovens atendidos pelos serviços públicos. Por fim, é essencial que o Estado assuma um compromisso efetivo com a saúde mental da juventude, indo além da normatização e priorizando ações que promovam dignidade, pertencimento e esperança.

Esta pesquisa, portanto, não se encerra em si mesma, mas contribui para o aprofundamento do debate e para a construção de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e transformadoras.

## REFERÊNCIAS

- AFYA. **Saúde mental de adolescentes e jovens no Brasil: ações governamentais**. Portal Afya. Disponível em: <<https://portal.afya.com.br/psiquiatria/saude-mental-de-adolescentes-e-jovens-no-brasil-acoes-governamentais>> Acesso em: 14 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Liderança e saúde mental: evento destaca papel das lideranças públicas na construção de ambientes psicologicamente seguros**. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2025/lideranca-e-saude-mental-evento-destaca-papel-das-liderancas-publicas-na-construcao-de-ambientes-psicologicamente-seguros>> Acesso em: 14abr. 2025.
- AMARANTE, P.; TORRE, E. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 5, p. 1559-1568, 2010.
- BENETTI, C. **Pesquisa qualitativa em saúde: desafios e potencialidades**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 3, p. 791-800, 2004.
- FERRAZ, A. C.; SEGRE, M. **Pesquisa em saúde pública: conceitos e abordagens**. São Paulo: Hucitec, p 31-33, 1997.
- GATTÁS, I. L. **A pesquisa documental como técnica científica**. *Revista Estudos Avançados*, n. 12, p. 35-40, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- MALTA, D. C. et al. **Rede de atenção psicossocial: um novo caminho para a saúde mental no Brasil**. *Revista de Saúde Pública*, v. 38, p. 113-120, 2004.
- MINAYO, M. C. S.. **Suicídio de adolescentes: a convivência possível com a dor**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 32-33, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Violência e saúde: a construção de um campo teórico e de práticas sociais**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 3, p. 1005-1016, 2008.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **World Mental Health Report**. Geneva: WHO, 2018.

UNICEF. **Estado Mundial da Infância 2021: Na minha mente**. Nova York: UNICEF, 2021

CURY, Augusto. **O mestre inesquecível**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, p. 51-58, 2003.

INSTITUTO CACTUS. **Políticas públicas e saúde mental da juventude**. Instituto Cactus, 2024. Disponível em:  
<<https://institutocactus.org.br/politicas-publicas-saude-mental-da-juventude/>>. Acesso em: 14abr. 2025.

**REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**. Wikipédia. Disponível em:  
<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede\\_de\\_Aten%C3%A7%C3%A3o\\_Psicossocial](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_de_Aten%C3%A7%C3%A3o_Psicossocial)>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SENADO FEDERAL. **Após 20 anos, reforma psiquiátrica ainda divide opiniões**. Agência Senado, 6 abr. 2021. Disponível em:  
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/06/apos-20-anos-reforma-psiQUIATRICA-AINDA-DIVIDE-OPINIOES>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

VIEIRA, Fabiane Baggio; ROSA, Rossano Cabral. **O estigma sobre o sofrimento mental na contemporaneidade: entre a patologização e a resistência**. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 14, n. 38, p. 1-20, 2022. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69591>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

VIEIRA, Tatiana. **Vem aí o golpe da morte na reforma psiquiátrica**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), 2021. Disponível em:  
<<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/vem-ai-o-golpe-de-morte-na-reforma-psiQUIATRICA>>. Acesso em: 14 abr. 2025.